

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2025 - 2029



Sumário

1. Introdução	2
2. Estrutura de Governança Corporativa	2
3. Processo de Investimentos	3
4. Alocação de Recursos.....	3
5. Limites	6
6. Restrições.....	6
7. Derivativos.....	7
8. Apreçamento de ativos financeiros.....	7
9. Benchmarks e objetivos de retorno	7
10. Alocação dos Recursos	8
11. Gestão de Riscos	8
12. Desenquadramentos.....	9
13. Conflito de Interesses.....	10
14. Princípios Ambiental, Social e Governança (ASG)	10
15. Referências.....	11

1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimentos estabelece a alocação objetivo do Plano Família, instituído e administrado pela Néos Previdência Complementar (Néos) — Entidade Fechada de Previdência Complementar —, bem como seus índices de referência (*benchmarks*) e limites de riscos.

DADOS DO PLANO	
Nome	Plano Família
Tipo (ou modalidade)	Contribuição Definida (CD)
CNPJ	60.140.052/0001-95
CNPB	2025.0001-38
Índice de Referência	CDI

2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de administração da Néos visa garantir a adoção das melhores práticas de governança corporativa, através da segregação de funções entre as diversas instâncias de decisão, aplicável inclusive aos órgãos estatutários.

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) é o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos geridos pela Entidade e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

O Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR) apoia o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva no que diz respeito à avaliação de riscos dos investimentos. Tem como finalidade zelar, assegurar e preservar o processo de análise de investimento da Néos, considerando as melhores práticas de governança corporativa.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)		
Segmento	Nome	Cargo
[Todos os segmentos]	Renata Farias	Diretora de Investimentos
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS (ARGR)		
[Todos os segmentos]	Alexandre Martins Vitta	Presidente

3. PROCESSO DE INVESTIMENTOS

O processo de investimentos (alocação, gestão e monitoramento) utilizado pela Néos está fundamentado em documentos e normativos internos que visam minimizar os riscos inerentes às suas atividades.

Para os recursos alocados por meio de gestão discricionária, a tomada de decisão sobre as alocações ficará sob responsabilidade do terceiro contratado, responsável pela gestão dos recursos (gestão terceirizada).

No caso dos recursos alocados diretamente pela Néos (gestão própria), as decisões deverão seguir o fluxo de aprovação padrão, sendo submetidas à recomendação do Comitê de Investimentos e aprovação da Diretoria Executiva — assim como do Conselho Deliberativo, quando for o caso — observando-se os critérios estabelecidos na Política de Alçadas da entidade, a qual define as responsabilidades de cada órgão da governança.

Os demais agentes envolvidos no processo de investimento possuem suas funções definidas da seguinte forma:

AGENTE EXTERNO	FUNÇÃO
Gestor de Investimentos	Responsável pela tomada de decisões de investimento em Fundos de Investimentos, gerenciando a carteira de ativos como ações, títulos e imóveis, com o objetivo de maximizar o retorno do investimento de acordo com o mandato.
Administrador Fiduciário	Encarregado pela gestão operacional e administrativa de um Fundo, garantindo a conformidade com regulamentos, supervisionando a contabilidade, controlando fluxos de caixa, calculando o valor das cotas, e assegurando a transparência e a eficiência das operações.
Agente Fiduciário	Atua como intermediário entre emissores de títulos e investidores, garantindo o cumprimento dos termos do contrato, supervisionando obrigações financeiras e legais, e protegendo os interesses dos investidores, intervindo em casos de inadimplência.
Consultor de Investimentos	Fornece orientação e aconselhamento sobre opções de investimento, analisando o perfil financeiro e os objetivos da Entidade, para recomendar estratégias de investimento personalizadas, podendo trabalhar de forma independente ou para empresas de consultoria financeira.

4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

4.1. PRINCÍPIOS DE ALOCAÇÃO

A filosofia de investimentos da Entidade, a modalidade do plano de benefícios, seu grau de maturação, suas especificidades, as características de suas obrigações, o cenário macroeconômico, determinam, entre outras, as seguintes diretrizes de investimentos:

- as metas de resultado do plano de benefícios e dos segmentos de aplicação;
- a alocação diversificada dos recursos;
- os limites e objetivos de aplicação em cada segmento e ativo;
- os indexadores e prazos de vencimentos dos investimentos;
- a opção por ativos que possuem — ou não — amortizações ou pagamento de juros periódicos.

4.2. CENÁRIO

Para entender o cenário macroeconômico e político para o ano de 2025, é importante relembrar os principais eventos de 2024. O ano de 2024 começou com expectativas positivas no que diz respeito às políticas monetárias das principais economias mundiais. Após um ano de 2023, onde as taxas de juros globais permaneceram em níveis elevados para conter a inflação. Os investidores aguardavam que os efeitos de uma política monetária mais restritiva fossem vistos já no primeiro semestre do ano.

Identificamos alguns temas que foram destaques no ano de 2024 e, que provavelmente, poderão continuar no radar dos mercados em 2025.

Além das questões econômicas, tivemos o agravamento dos conflitos no Oriente Médio, com a entrada do Irã nas disputas envolvendo Hamas, Hezbollah e Israel, elevando as incertezas sobre os preços do petróleo, pressionando custos globais e contribuindo para o aumento da volatilidade nos mercados financeiros.

O Brasil iniciou o ano em um ciclo de queda da Selic, antecipado em relação ao cenário global, visando estimular a economia. Entretanto, no segundo semestre, o Banco Central reverteu essa tendência, retomando altas na Selic devido à desancoragem das expectativas inflacionárias. As taxas de juros permaneceram elevadas, prejudicando a recuperação de ativos de risco e mantendo o mercado de renda fixa como destaque.

O PIB brasileiro cresceu acima das expectativas, mas o endividamento público continuou sendo um ponto crítico. O governo tem enfrentado dificuldades em conter gastos, o que aumentou o risco fiscal. Além disso, o anúncio de um plano de cortes de gastos de R\$ 70 bilhões até 2030 frustrou o mercado, pois o anúncio foi acompanhado de políticas que reduzem a arrecadação como a isenção do IRRF para pessoas que ganham até R\$ 5 mil,

sendo compensado com a tributação de R\$ 10% para pessoas que recebem acima de R\$ 50 mil por mês.

Com o anúncio do pacote, o dólar chegou a ultrapassar R\$ 6,00, alcançando pela primeira vez esta marca, beneficiando investidores com posições na moeda estrangeira, mas também contribuindo para pressões inflacionárias.

Diante deste cenário, a volatilidade elevada levou investidores a priorizarem ativos de renda fixa, enquanto os mercados de crédito privado mantiveram alta demanda, apesar do aumento nos spreads.

No mercado de ações, as empresas permaneceram descontadas, mas o apetite por risco foi limitado pela ausência de gatilhos claros para valorização, como uma queda sustentável nos juros.

Olhando para frente, o mercado busca maior clareza sobre a trajetória fiscal e a meta de déficit zero, cuja viabilidade foi questionada devido ao aumento de despesas públicas. A aprovação de reformas, como a tributária, gerou expectativas de maior eficiência econômica, mas ajustes ainda são necessários para destravar investimentos.

Por fim, a dinâmica dos juros nos EUA e na Europa aliado aos conflitos no Oriente Médio continuam sendo os principais fatores de risco global. Além disso, o novo governo de Trump, e a adição de tarifas sobre produtos/países sob égide de proteção à economia americana, pode afetar de forma não trivial as economias globais.

Internamente, o equilíbrio fiscal, a contenção da inflação e a retomada sustentável do crescimento são os desafios-chave para 2025. O cenário exige atenção para políticas consistentes e estímulos que promovam confiança no mercado.

4.3. PROJEÇÕES

As projeções macroeconômicas compiladas pelo Banco Central do Brasil, através do Relatório Focus (data-base 08/11/2024) e seu Sistema de Expectativas, são os pilares para todas as classes de ativos. O cenário utilizado é dividido em segmentos e subsegmentos, sendo eles: Renda Fixa; Renda Variável; Estruturados; Exterior e Imobiliários.

O documento completo, denominado Diretrizes para a Política de investimentos 2025-2029, elaborado pela consultoria de investimentos i9Advisory, detalha a metodologia, o contexto macroeconômico e os resultados esperado para os próximos anos.

A alocação objetivo do plano é definida com base no modelo da Fronteira Eficiente de Markowitz. Essa metodologia visa criar uma carteira de ativos que maximize os retornos esperados, minimizando os riscos. As simulações contemplam cenários base, otimista e pessimista para um horizonte de cinco anos, utilizando a volatilidade como principal medida de risco. Além disso, são consideradas as correlações entre as diversas classes de ativos na composição do portfólio.

A tabela abaixo apresenta todas as classes de ativos aplicáveis, com suas respectivas projeções para os próximos 5 anos, a partir de 2025.

SEGMENTO	CLASSE DE ATIVOS	2025	2026	2027	2028	2029	MÉDIA LONGO PRAZO	VOL
RENTA FIXA	CDI	11,88%	11,00%	9,63%	9,25%	9,25%	10,20%	0,25%
	IMA-B	14,25%	13,35%	11,95%	11,57%	11,57%	12,54%	7,24%
	IDA-DI	12,59%	12,55%	11,16%	10,78%	10,78%	11,74%	0,82%
RENTA VARIÁVEL	IBOVESPA	22,46%	21,50%	20,00%	19,59%	19,59%	20,63%	23,65%
ESTRUTURADO	IHFA	12,67%	11,79%	10,41%	10,03%	10,03%	10,98%	3,89%
	FIP (IPCA + 8% a.a.)	12,12%	11,70%	11,50%	11,50%	11,50%	11,66%	---
EXTERIOR	RENTA FIXA (US BARCLAYS + 5,60% a.a.)	12,65%	12,40%	11,01%	10,63%	10,63%	11,59%	4,38%
	RENTA VARIÁVEL - MSCI WORLD BRL	20,58%	19,64%	18,16%	17,75%	17,75%	18,78%	16,72%
IMOBILIÁRIO	IFIX	11,90%	11,02%	9,65%	9,27%	9,27%	10,22%	7,88%
Relatório FOCUS 08/11/2024	DÓLAR (R\$/US\$)	R\$ 5,40	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,32	---
	IPCA/INPC	4,12%	3,70%	3,50%	3,50%	3,50%	3,66%	---

5. LIMITES

Na aplicação dos recursos, o plano observa os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN 4.994, de 24 de março de 2022, e suas alterações subsequentes, e outras legislações aplicáveis.

6. RESTRIÇÕES

As restrições e vedações adotadas pela Néos estão estabelecidas no Capítulo XI, Art. 36. da Resolução CMN 4.994, e suas alterações subsequentes.

7. DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994 e regulamentações posteriores.

O controle da exposição a derivativos deve ser realizado individualmente, por veículo de investimento. Antes de executar qualquer operação com derivativos, é mandatório avaliar os riscos envolvidos, dispor de um sistema de controles internos adequado para a operação em questão e verificar se há o registro da operação em bolsa de valores, mercadorias e futuros. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em ativos aceitos pela *clearing*.

8. APREÇAMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS

O apreçamento dos ativos, independentemente da modalidade, será realizado pelo custodiante contratado pela Néos ou pelo custodiante dos fundos de investimento investidos. É recomendável que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e de bolsas de valores, mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

9. BENCHMARKS E OBJETIVOS DE RETORNO

A Resolução CMN nº 4.994 exige que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar definam índices de referência (benchmarks) para cada segmento de aplicação. Planos CD

SEGMENTO/ <i>Mandato</i>	Benchmark
RENTA FIXA	
<i>Renda Fixa Crédito Privado</i>	<i>IDA-DI</i>
<i>Renda Fixa IMA</i>	<i>IMA-B</i>
<i>Renda Fixa Caixa</i>	<i>CDI</i>
<i>Renda Fixa Ativo</i>	<i>CDI+1,50%</i>
RENTA VARIÁVEL	
Renda Variável Passiva	Ibovespa
Renda Variável Ativa	Ibovespa
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	
<i>Multimercado</i>	<i>IHFA</i>
<i>Private Equity</i>	<i>IPCA+8%</i>
IMOBILIÁRIO	

<i>Imóveis Físicos</i>	<i>IPCA</i>
<i>Renda Fixa Crédito Imobiliário</i>	<i>IDA-IPCA</i>
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	IPCA + 7,94%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	
<i>Exterior Renda Fixa</i>	<i>US Barclays + 5,60%</i>
<i>Exterior Renda Variável</i>	<i>MSCI World</i>

10. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
RENDA FIXA	100%	100%	0,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	70%	0,00%	0,00%	15,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	0,00%	0,00%	15,00%
IMOBILIÁRIO	20%	0,00%	0,00%	15,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	0,00%	0,00%	15,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	0,00%	0,00%	10,00%

É importante destacar que, até o momento da elaboração deste documento, não havia informações sobre as características dos participantes (como idade média, volume médio de reservas, tempo médio de contribuição, entre outros). Sendo assim, com o objetivo de reduzir o risco, a alocação inicial do plano será feita em ativos de Renda Fixa, com elevada liquidez e retorno atrelado ao CDI. À medida que os dados atuariais forem disponibilizados e a gestão de investimentos da Entidade julgar necessário, a alocação objetivo do plano poderá ser alterada.

11. GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos da NÉOS é de competência da Coordenação de Riscos de Investimentos, que realiza a análise dos principais riscos, estabelecendo regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar, monitorar e mitigar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, dentre eles os de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

Como a estrutura de investimentos de um plano pode atribuir discricionariedade total ou de parte dos recursos administrados a terceiros contratados, o controle de alguns dos riscos identificados será feito pelos próprios gestores externos e pelo administrador fiduciário, por meio de modelos que devem contemplar, no mínimo, os itens e parâmetros estabelecidos no documento Manual de Riscos de Investimentos.

Tipo de Risco	Forma de Avaliação	Métrica	Parâmetros	Observações
Mercado	Mandato Ativo ou Passivo	VaR	Modelo: Paramétrico. Intervalo de Confiança: 95%. Horizonte de Investimento: 21 d.u.	Renda Fixa Caixa – 0,10% Renda Fixa Crédito Privado – 0,50% Renda Fixa Crédito Imobiliário – 6,00% Renda Fixa Ativa – 1,50% Multimercado Estruturado - 3,00% Exterior Renda Fixa - 4,50% Exterior Renda Variável - 15,00%
	Mandato Ativo ou Passivo	B-VaR	Modelo: Paramétrico Intervalo de Confiança: 95% Horizonte: 21 d.u.	Renda Variável Ativa - 5,00% Renda Variável Passiva – 5,00% Renda Fixa IMA – 0,25%
	Mandato Ativo ou Passivo	Stres Test	Cenário B3	
Crédito	Plano / Perfil	Rating	50% Exposição Total 5% Grau Especulativo	Esse controle deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites: Até AAA - 50% Até AA+ - 40% Até A- - 20% Inferior a A- ou sem rating - 5%
Legal	Plano / Perfil Mandato Fundo	Compliance Legal	Relatórios de Compliance Pareceres Jurídicos Relatórios de Fundos	Limites expressos nesta Política ou os mesmos constantes na 4.994 e suas posteriores alterações.
Sistêmico	Plano / Perfil Mandato Fundo	Limites PI	Relatórios de Compliance Relatórios de Estabilidade Financeira	

12. DESENQUADRAMENTOS

O desenquadramento ocorre quando um requisito legal ou da Política de Investimento dos planos e perfis geridos pela Entidade não é atendido. Ele pode ser classificado em dois tipos:

- **Desenquadramento Passivo:** Resulta de fatores externos e fora do controle da Entidade — como a evolução dos preços dos ativos —, não sendo considerado uma infração aos limites legais (conforme o Art. 35 da Resolução CMN nº 4.994/2022). A correção pode ocorrer em até 2 anos, mas durante esse período, a Entidade não pode realizar investimentos que aumentem os excessos.
- **Desenquadramento Ativo:** Decorre de ações discricionárias, provenientes de erros internos ou de terceiros, levando ao descumprimento da legislação e exigindo correção imediata.

Os desenquadramentos podem ocorrer em relação aos limites de alocação estabelecidos pela legislação vigente, diretrizes das Políticas de Investimentos ou regulamentos dos fundos. Relatórios de Administradores, Custodiantes e Controladores permitem avaliar a conformidade dos fundos exclusivos da Néos Previdência com seus regulamentos e a legislação. Além disso, Relatórios de Compliance da Consultoria de Riscos verificam a aderência dos investimentos às diretrizes da Política de Investimentos e à Resolução CMN N° 4.994/2022 e suas alterações subsequentes.

A CRI é responsável pela observância dos limites de alocação das carteiras de investimentos dos planos da NÉOS, conforme dispõe no dispositivo interno GCC.GR.N02 - Manual de Gestão de Riscos de Investimentos.

13. CONFLITO DE INTERESSES

Conforme a Política de Conflito de Interesses da Néos, o conflito de interesses será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela Entidade, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo à entidade.

O conflito de interesse pode ocorrer por qualquer pessoa que possui responsabilidades com a Néos, como empregados, estagiários, diretores e terceiros que possuam relações comerciais com a Entidade.

Para mais informações, recomenda-se a consulta do Código de Ética e Conduta da Entidade.

14. PRINCÍPIOS AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (ASG)

Os princípios ASG podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer os investimentos em ativos emitidos por companhias/emissores que adotam — em suas atividades ou através de projetos — políticas de responsabilidade socioambiental.

A Néos entende a importância de seu papel na promoção de boas práticas relacionadas às questões Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa. Nesse sentido, a Entidade se tornou signatária do PRI (*Principles for Responsible Investment*) em 2007.

Dessa forma, ao avaliar a contratação de gestores terceirizados, a Néos considerará aspectos qualitativos conforme estabelecidos no normativo interno GPP.PP.N01 – Manual de Investimentos, incluindo reputação, ética, transparência, e eventuais políticas de investimentos responsáveis.

Nesse sentido, a Néos fará uso de um questionário específico sobre o tema, cujas respostas irão subsidiar a tomada de decisão para a escolha dos gestores, juntamente com outros aspectos qualitativos e quantitativos.

Apesar de aspectos ASG serem considerados no processo avaliativo, **é vedada a alocação através de carteira própria ou fundos de investimento restritos e limitada através de fundos de abertos/fechados, em títulos e valores mobiliários de empresas comprovadamente envolvidas em questões trabalhistas ilegais, principalmente em casos análogos a trabalho escravo e trabalho infantil, ou que atuem nos segmentos de fabricação de arma de fogo e tabaco.**

Os fundos de investimentos abertos/fechados ficam limitados a alocar, no máximo, o percentual presente no *benchmark* do seu respectivo mandato. Caso o benchmark não possua alocação em empresas com as características acima listadas, o ativo não deverá constar entre as 10 maiores posições do fundo.

15. REFERÊNCIAS

Esta Política de investimentos está alinhada às legislações e normativos pertinentes aos temas abordados, com destaque para as seguintes referências:

- Resolução/Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.994, de 24 de março de 2022;
- Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023;
- CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002;
- CGPC n.º 13, de 1º de outubro de 2004;
- Novo Guia de Melhores Práticas da Previc;
- Código de Autorregulação em Governança de Investimentos – Abrapp;
- Relatório Focus – data-base 02/08/2024;
- Guia Prático Para Integração ASG na Avaliação de Gestores – Abrapp.